

Demonstrações financeiras

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra dos Cavalinhos I Energética S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fulvio A. Matias de Carvalho'. The signature is fluid and cursive, with a large initial 'F'.

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.232	1.795
Contas a receber	5	5.223	5.766
Despesas antecipadas		406	238
Estoques		784	731
Tributos a recuperar		393	371
Outros		151	150
		12.189	9.051
Não circulante			
Depósitos restituíveis e caixa restrito	6	7.030	7.719
Depósitos judiciais		475	445
Imobilizado	7	179.713	186.460
Intangível	7	2.154	2.242
Ativo de direito de uso	8	481	-
		189.853	196.866
Total do ativo		202.042	205.917

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	9	4.446	2.114
Empréstimos e financiamentos	10	7.896	7.876
Obrigações tributárias		693	591
Dividendos a pagar	18	4.550	450
Arrendamento	8	192	-
Outros		-	97
		17.777	11.128
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	86.159	92.807
Provisão para demandas judiciais	11	-	1
Arrendamento	8	311	-
		86.470	92.808
Patrimônio líquido	12		
Capital social		84.008	90.244
Reservas de lucros		13.787	11.737
Total do patrimônio líquido		97.795	101.981
Total do passivo e do patrimônio líquido		202.042	205.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	13	39.863	39.334
Custo de geração de energia	14	(15.051)	(15.458)
Lucro bruto		24.812	23.876
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	14	(31)	201
Outras receitas (despesas) operacionais	15	30	(88)
		(1)	113
Lucro operacional antes do resultado financeiro		24.811	23.989
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	1.140	1.402
Despesas financeiras	16	(9.002)	(9.705)
		(7.862)	(8.303)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		16.949	15.686
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(1.651)	(1.722)
		(1.651)	(1.722)
Lucro líquido do exercício		15.298	13.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	15.298	13.964
Total do resultado abrangente do exercício	<u>15.298</u>	<u>13.964</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2022		96.744	1.424	6.435	-	104.603
Declaração de dividendos intermediários	12.c	-	-	-	(3.650)	(3.650)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	12.c	-	-	(6.435)	-	(6.435)
Redução de capital ocorrido no exercício	12.b	(6.500)	-	-	-	(6.500)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.964	13.964
Destinação do resultado:						
Constituição de reserva legal		-	698	-	(698)	-
Reserva de dividendos complementares	12.c	-	-	9.616	(9.616)	-
Em 31 de dezembro de 2023		90.244	2.122	9.616	-	101.982
Declaração do dividendo ocorrida no exercício	12.c	-	-	(9.616)	-	(9.616)
Redução de capital ocorrido no exercício	12.b	(6.236)	-	-	-	(6.236)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.298	15.298
Destinação do resultado:						
Constituição de reserva legal	12.c	-	765	-	(765)	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	(3.633)	(3.633)
Reserva de dividendos complementares	12.c	-	-	10.900	(10.900)	-
Em 31 de dezembro de 2024		84.008	2.887	10.900	-	97.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		16.949	15.686
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto ao caixa gerado nas atividades operacionais			
Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível	7	7.711	7.655
Juros sobre empréstimos	10	8.736	9.482
Amortização de despesa de contratação de empréstimos	10	134	135
Baixa de ativo imobilizado	7	60	158
Amortização do Ativo de direito de uso	8	116	108
Juros incorridos sobre arrendamento	8	33	-
Provisão para contingências	11	(1)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		543	(1.328)
Estoques		(53)	9
Tributos a recuperar		(22)	223
Depósitos judiciais		(30)	-
Despesas antecipadas		(168)	29
Outros créditos de ativo		(1)	(148)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		2.334	69
Obrigações tributárias		(84)	(478)
Outras obrigações		(97)	(115)
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.465)	(1.352)
(-) Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10	(7.954)	(8.448)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		26.741	21.685
Atividades de investimento			
Depósitos restituíveis e valores vinculados (caixa restrito)	6	689	234
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	7	(936)	(284)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(247)	(50)
Atividades de financiamento			
Redução do capital social		(6.236)	(6.500)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(7.544)	(7.488)
Pagamento de arrendamento	8	(127)	(138)
Dividendos pagos		(9.150)	(9.635)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		(23.057)	(23.761)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		3.437	(2.126)
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		1.795	3.921
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro		5.232	1.795
Variação em caixa e equivalentes de caixa		3.437	(2.126)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Serra dos Cavalinhos I Energética S.A. (“Serra dos Cavalinhos I” ou “Companhia”) com sede social localizada na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbach nº 200, Edifício Pacific Tower, Bloco 02, CEP 22775-028, Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto: (a) implantação e a exploração, como produtor independente, da Pequena Central Hidrelétrica Serra dos Cavalinhos I (“PCH”), localizada nos municípios de Monte Alegre dos Campos, Bom Jesus e São Francisco de Paula - RS, com 25,00 MW de potência instalada, cuja exploração foi autorizada por meio da Resolução da ANEEL nº 4.497, de 05 de fevereiro de 2014; (b) a produção e a comercialização da potência e da energia geradas pelas PCH; (c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH; e a (d) a comercialização de créditos de carbono.

A Companhia foi constituída em 03 de outubro de 2007, e atualmente é controlada diretamente pela Elera Renováveis S.A.

A PCH Serra dos Cavalinhos I entrou em operação comercial a partir de 04 de janeiro de 2017, conforme o Despacho ANEEL nº 009.

PCH	Potência em MW	Autorização ANEEL	Resolução	Local
Serra dos Cavalinhos I	25,00	4.497/2014		Monte Alegre dos Campos, Bom Jesus e São Francisco de Paula - RS

Originalmente, o prazo de vigência da autorização da PCH era de 30 anos, contados a partir da data de publicação da Resolução Autorizativa nº 4497/2014 (05 de fevereiro de 2014), encerrando em 04 de fevereiro de 2044.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Serra dos Cavalinhos I teve seu prazo de outorga estendido para 23 de janeiro de 2046.

Em 13 de outubro de 2021, a Resolução Autorizativa nº 10.748, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, a PCH Serra dos Cavalinhos I teve prazo de outorga estendido para 04 de janeiro de 2047.

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta na Resolução Homologatória nº 2.932/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL. Por este motivo, ainda não foi publicada a Resolução Autorizativa de extensão do prazo de outorga para a PCH Serra dos Cavalinhos I em acordo com o disposto na Lei 14.182.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 15 de agosto de 2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.242/2023, que aprovou definitivamente a metodologia de cálculo da extensão do prazo de outorga hídricas participantes do MRE. Como último passo administrativo, em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que aprovou a extensão do prazo de outorga da PCH Serra dos Cavalinhos I para 29 de agosto de 2049.

Ao fim do prazo da autorização, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A Companhia possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	01/01/2020	31/12/2049

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

A Companhia apresenta um Capital circulante líquido negativo de R\$892. As ações tomadas pela Companhia são de controle dos custos e ainda a Administração da Companhia entende que o acionista, que possui habilidade para tal, continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui Capital Circulante Líquido ("CCL") negativo de R\$5.588 (R\$2.077 negativo em 31 de dezembro de 2023), decorrente principalmente da rubrica de dividendos a pagar que em 2024 tem o valor de R\$4.550 (R\$450 em 2023). Em 2024, a Companhia apresentou lucro líquido do exercício de R\$15.298 (R\$13.964 de lucro em 2023) e apresentou fluxo de caixa líquido positivo gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$26.741 (R\$21.685 positivo em 2023).

A Administração da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhia por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 08 de abril de 2025.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 7);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota 8); e
- Provisão para demandas judiciais (nota 11).

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas, depósitos restituíveis e caixa restrito, depósitos judiciais, entre outros.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) Classificação e mensuração--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, despesas antecipadas, depósitos judiciais, entre outros.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar e arrendamento.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2024 e de 2023. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na Nota 7 e os critérios de depreciação são demonstrados na Nota 7.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5 Imobilizado--Continuação

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao Líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.6 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indicativos de *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7 Provisões--Continuação

(a) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000 no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. Os impostos são apurados mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Para os exercícios de 2024 e 2023, a Companhia optou pelo regime tributário lucro presumido.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.11 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.12 Apuração do resultado

a) Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a entidade cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com <i>covenants</i>	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Alterações redacionais	01.01.2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado	Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	2.356	1.613
Aplicações financeiras (*)	2.876	182
Total	5.232	1.795

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	2.697	-
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	179	182
			2.876	182

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

5. Contas a receber

	2024	2023
Venda de energia	4.986	5.747
Venda de energia – MRE/CCEE	-	1
Contas a receber com partes relacionadas (nota 18)	237	18
	5.223	5.766

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2024	2023
Saldo a vencer	4.513	4.600
Saldo vencido até 30 dias	349	1.137
Saldo vencido de 31 a 90 dias	-	15
Saldo vencido de 91 a 180 dias	361	14
Total	5.223	5.766

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber--Continuação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração e de seus assessores jurídicos.

6. Depósitos restituíveis e caixa restrito

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	<u>7.030</u>	7.719
			<u>7.030</u>	<u>7.719</u>

O saldo refere-se a aplicações financeiras de renda fixa, vinculadas ao financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Estas aplicações somente poderão ser movimentadas pela Companhia de acordo com as regras previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e outras avenças firmado em 9 de outubro de 2014 entre a Companhia, o banco mandatário e o BNDES.

A Companhia possui depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado e Intangível

	Em serviço				Em curso		Extensão de outorga		Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Estoque de ativo fixo (*)	Bens em andamento	GSF (c)		
31 de dezembro de 2022	2.355	69.753	126.317	38.704	374	723	2.458	240.684	
Adições	-	-	-	-	13	271	-	284	
Baixas	-	(158)	-	-	-	-	-	(158)	
Transferências	-	142	231	-	(13)	(360)	-	-	
31 de dezembro de 2023	2.355	69.737	126.548	38.704	374	634	2.458	240.810	
Adições	-	-	-	-	506	430	-	936	
Baixas	-	-	-	-	(42)	(18)	-	(60)	
Transferências	-	173	-	106	-	(279)	-	-	
31 de dezembro de 2024	2.355	69.910	126.548	38.810	838	767	2.458	241.686	
31 de dezembro de 2022	(403)	(13.948)	(22.556)	(7.417)	-	-	(129)	(44.453)	
Adições de depreciação	(74)	(2.391)	(3.897)	(1.249)	-	-	(87)	(7.698)	
Baixas de depreciação	-	43	-	-	-	-	-	43	
31 de dezembro de 2023	(477)	(16.296)	(26.453)	(8.666)	-	-	(216)	(52.108)	
Adições de depreciação	(73)	(2.359)	(3.917)	(1.274)	-	-	(88)	(7.711)	
Baixas de depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências	-	118	(119)	1	-	-	-	-	
31 de dezembro de 2024	(550)	(18.537)	(30.489)	(9.939)	-	-	(304)	(59.819)	
Total em 31 de dezembro de 2023	1.878	53.441	100.095	30.038	374	634	2.242	188.702	
Total em 31 de dezembro de 2024	1.805	51.373	96.059	28.871	838	767	2.154	181.867	

(*) Estoque de ativo fixo: são estoques relacionados a peças de manutenção dos aerogeradores, diferenciando-se do estoque de almoxarifado.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado e Intangível--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2024 e 2023 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

A Companhia para seu ativo imobilizado adotada como referência as informações do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. Administração acredita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado e Intangível--Continuação

c) Intangível - Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 2 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado e Intangível--Continuação

c) Intangível - Extensão de outorga--Continuação

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela ANEEL em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, a Companhia determinou o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, de 2 meses, ao valor de R\$39. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Em 12 de julho de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Conseqüentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu o montante adicional de R\$2.420, bem como extensão de 24 meses na sua respectiva outorga conforme divulgado pela CCEE. No total a Companhia reconheceu um total de R\$2.459 referente a extensão de outorga.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo de direito de uso e Arrendamento

A composição do Ativo de direito de uso é a seguinte:

	<u>Veículos</u>
Custo	
31 de dezembro de 2022	276
Adições	63
31 de dezembro de 2023	<u>339</u>
Adições	597
31 de dezembro de 2024	<u>936</u>
Depreciação	
31 de dezembro de 2022	(231)
Adições de depreciação	(108)
31 de dezembro de 2023	<u>(339)</u>
Adições de depreciação	(116)
31 de dezembro de 2024	<u>(455)</u>
Total em 31 de dezembro de 2023	<u>-</u>
Total em 31 de dezembro de 2024	<u>481</u>

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados a outorga.

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos de arrendamento são como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Valor nominal dos pagamentos futuros	578	-
Ajuste a valor presente	(75)	-
	<u>503</u>	-
Circulante	192	-
Não circulante	311	-

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo de direito e uso e Arrendamento--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	-	74
Adições	597	64
Pagamento	(127)	(138)
Juros sobre arrendamento (nota 16)	33	-
Saldo final	<u>503</u>	<u>-</u>

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	<u>Consolidado</u>
2026	192
2027	119
	<u>311</u>

9. Contas a pagar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	82	239
Fornecedores	1.857	1.808
Contas a pagar - Partes relacionadas (nota 18)	2.507	67
Total	<u>4.446</u>	<u>2.114</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	2024		2023	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Em moeda nacional</u>					
BNDES	TJLP (*) + 2,18 % a.a.	7.896	87.840	7.876	94.622
Despesa de contratação		-	(1.681)	-	(1.815)
Total		<u>7.896</u>	<u>86.159</u>	<u>7.876</u>	<u>92.807</u>

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional

(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa será capitalizado e incorporado ao principal da dívida.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos respectivos exercícios é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	100.683	107.002
Juros provisionados (nota 16)	8.736	9.482
Amortização – principal pago	(7.544)	(7.488)
Amortização – juros pagos	(7.954)	(8.448)
	<u>93.921</u>	<u>100.548</u>
Custo de contratação	134	135
Saldo final	94.055	<u>100.683</u>

O financiamento obtido pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), exige o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) financeiros e não financeiros, sob pena de antecipação de vencimento da dívida.

Dentre as obrigações, o financiamento obtido exige a manutenção do saldo mínimo do serviço da dívida, correspondente a 6 (seis) vezes o valor da prestação da dívida, bem como a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) em 1,3 vezes, apurado a cada encerramento de exercício, os quais foram devidamente atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A amortização e o pagamento de juros deste financiamento são realizados mensalmente, tendo o vencimento previsto da última parcela para 15 de dezembro de 2037.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece as provisões para demandas judiciais com base na avaliação da probabilidade do risco de perda, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, seja provável de perda. Essas perdas são baseadas na probabilidade de sucumbência estimada e previstas em análise individual para cada processo judicial.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos com probabilidade de perda provável conforme demonstrado abaixo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Riscos cíveis	-	1
Total	<u>-</u>	<u>1</u>

A seguir a movimentação das demandas judiciais com prognóstico de perda provável:

	<u>Cíveis</u>
31 de dezembro de 2022	<u>1</u>
Atualização	-
Baixa	-
31 de dezembro de 2023	<u>1</u>
Atualização	-
Baixa	<u>(1)</u>
31 de dezembro de 2024	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2024 não existem ações judiciais, conhecidas pela administração, (R\$1 em 31 de dezembro de 2023), refere-se a uma ação de desapropriação movida por Serra dos Cavalinhos I.

Em 31 de dezembro de 2024, existe uma contingência classificada como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$80 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023), referente a autuação contingência trabalhista.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$84.008 (R\$90.244 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 31.287.550 (trinta e um milhões e duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Redução de capital

Em 11 de dezembro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Companhia, no montante de R\$6.236, com o cancelamento de 6.236.836 (seis milhões duzentos e trinta e seis mil e oitocentos trinta e seis) quotas, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia

Em 11 de julho de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Companhia, no montante de R\$6.500, sem o cancelamento de quotas, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia.

c) Reservas de lucros

c.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

c.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Companhia por Ações.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.298	13.964
Constituição da reserva legal 5%	(765)	(698)
Lucro líquido ajustado	14.533	13.266
Dividendos mínimo obrigatório 25%	(3.633)	(3.316)
Declaração de dividendos intermediários	-	(334)
Constituição de reserva de lucros	(10.900)	(9.616)
Lucro líquido do exercício a destinar	-	-

Deliberações do exercício de 2024:

Em 11 de dezembro de 2024, os acionistas, por meio da Ata de Reunião da Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos, referentes ao período de 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$917.

Em 12 de junho de 2024, os acionistas, por meio da Ata de Reunião da Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos, referentes ao período de 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$4.649.

Em 25 de janeiro de 2024, os acionistas, por meio da Ata de Reunião da Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos, referentes ao período de 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$4.050.

Dessa forma, o total de dividendos declarados em 2024 foi de R\$9.616.

Deliberações do exercício de 2023:

Em 18 de outubro de 2023, os acionistas, por meio da Ata de Reunião da Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, no valor de R\$3.650.

Em 27 de fevereiro de 2023, os acionistas, por meio da Ata de Reunião da Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos, referentes ao período de 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$6.435.

Dessa forma, o total de dividendos declarados em 2023 foi de R\$10.085.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita operacional líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Receita operacional bruta</u>		
<u>Fornecimento de energia</u>		
Venda de energia elétrica	41.568	40.142
Venda de energia elétrica - partes relacionadas (nota 18)	236	-
Resultado com MRE e CCEE (*)	323	1.347
(Nota 17)	<u>42.127</u>	<u>41.489</u>
<u>Deduções da receita operacional bruta</u>		
<u>Impostos sobre a venda</u>		
ICMS	(765)	(685)
PIS	(267)	(262)
COFINS	(1.232)	(1.208)
	<u>(2.264)</u>	<u>(2.155)</u>
Receita operacional líquida	<u>39.863</u>	<u>39.334</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Custos de geração de energia e despesas administrativas e gerais

	2024	2023
Custo do serviço de energia elétrica		
Compra de energia - partes relacionadas (nota 18)	(316)	(86)
Royalties ANEEL	(1.419)	(1.678)
Pesquisa e desenvolvimento	-	(1)
Total custo do serviço de energia elétrica	(1.735)	(1.765)
Custo com operação		
Impostos, licenças e taxas	(24)	(3)
Viagens	(96)	(12)
Serviços de terceiros	(1.184)	(1.645)
Seguros	(1.924)	(1.708)
Pessoal	(18)	(12)
Depreciação de Imobilizado e amortização do intangível (nota 7)	(7.711)	(7.698)
Amortização de Ativo de direito de uso (nota 7)	(116)	(108)
Manutenção	(277)	(296)
MRE/ CCEE	(1.815)	(2.135)
Telecomunicações	(1)	(1)
Promoção e publicidade	(16)	(14)
Outros	(134)	(61)
Total custo com a operação	(13.316)	(13.693)
Total de custos	(15.051)	(15.458)
Despesas gerais		
Serviços de terceiros	(17)	(5)
Promoção e publicidade	(14)	-
Royalties ANEEL	-	206
Total das despesas gerais e administrativas	(31)	201

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

15. Outras receitas e (despesas) operacionais

	2024	2023
Multas e juros sobre tributos	(13)	(7)
Ganho (perda) na venda de ativos	(7)	(81)
Outros	50	-
Total	30	(88)

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.140	1.402
	1.140	1.402
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos (nota 10)	(8.736)	(9.482)
Juros sobre o passivo de arrendamento (nota 8)	(33)	-
Multas e encargos sobre empréstimos	(183)	(156)
Imposto sobre operações financeiras	(8)	(14)
Outros	(42)	(53)
	(9.002)	(9.705)
Resultado financeiro	(7.862)	(8.303)

17. Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Corrente		
Imposto de renda	(1.096)	(1.152)
Contribuição social	(555)	(570)
Total com despesas de impostos	(1.651)	(1.722)

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia) – (nota 13)	42.127	42.127	41.489	41.489
ICMS	-	-	(686)	(686)
	42.127	42.127	40.803	40.803
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	3.370	5.055	3.264	4.896
Receitas financeiras	1.111	1.111	1.402	1.402
Outras receitas	-	-	37	37
Base de cálculo total	4.481	6.166	4.703	6.335
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
Outros	(24)	-	(24)	-
Total	(1.096)	(555)	(1.152)	(570)

(*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as entidades do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	2024	2023
Ativo			
<u>Contas a receber</u>			
São Luiz Energética S.A.	(a)	237	-
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	(a)	-	18
	(Nota 5)	<u>237</u>	<u>18</u>
Passivo			
<u>Contas a pagar</u>			
Elera Renováveis Participações S.A.	(b)	-	43
Elera Renováveis S.A.	(b)	2.191	10
São Luiz Energética S.A.	(b)	316	-
Unidas Locação e Serviço S.A.	(b)	-	14
	(Nota 9)	<u>2.507</u>	<u>67</u>
<u>Dividendos a pagar</u>			
Elera Renováveis S.A.	(c)	4.450	450
		<u>4.450</u>	<u>450</u>
		<u>6.957</u>	<u>517</u>
Receita			
<u>Venda de energia</u>			
São Luiz Energética S.A.	(d)	236	-
	(Nota 18)	<u>236</u>	<u>-</u>
Custo			
<u>Compra de energia</u>			
Elera Renováveis S.A.	(e)	-	86
São Luiz Energética S.A.	(e)	316	-
	(Nota 14)	<u>316</u>	<u>86</u>

(a) Contas a receber entre a Companhia e as entidades do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;

(b) Contas a pagar entre a Companhia e as entidades do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;

(c) Dividendos mínimos do exercício a serem pagos para a acionista da Companhia;

(d) Venda de energia elétrica para outras entidades do grupo;

(e) Compra de energia elétrica de outras entidades do grupo.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Transações com partes relacionadas--Continuação

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 2024 e 2023, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e a Companhia do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

19. Cobertura de seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2024 é de R\$410.207(R\$248.679 em 31 de dezembro de 2023) para os bens vinculados à autorização, com início em 22 de junho de 2024 e término em 22 de junho de 2025.

A apólice de seguro mantida pela Companhia tem como proponente principal Tangará Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$450.000 (R\$450.000 em 31 de dezembro de 2023).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2021. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2022/2023 de 80% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Companhia. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 (R1) e 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2024			2023		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e depósitos bancários	2.356	-	2.356	1.613	-	1.613
Aplicações financeiras	-	2.876	2.876	-	182	182
Contas a receber	5.223	-	5.223	5.766	-	5.766
Depósitos restituíveis e caixa restrito	-	7.030	7.030	-	7.719	7.719
	7.579	9.906	17.485	7.379	7.901	15.280

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2024		2023	
	Custo Amortizado	Total	Custo Amortizado	Total
Contas a pagar	4.446	4.446	2.114	2.114
Arrendamento	503	503	-	-
Empréstimos e financiamentos	94.055	94.055	100.683	100.683
Dividendos a pagar	4.550	4.550	450	450
	103.554	103.554	103.247	103.247

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2024 e 2023.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Companhia possui somente instrumentos financeiros classificados em nível 1 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimento participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Companhia tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Companhia controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização*

A Companhia detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, elevando o limite inferior das usinas classificadas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

21. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Ativo de direito de uso	2024
Total de movimentação do ativo de direito de uso (nota 8)	(481)
Adição de contratos de arrendamento	597
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	116
Arrendamento	2024
Total de movimentação do arrendamento (nota 8)	503
Adições de contratos de arrendamento	(597)
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	(94)

* * *